



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE GONDOMAR

PROJETO EDUCATIVO

2010/2013

DESAFIO...AÇÃO...SUCESSO!

ÍNDICE

	Pág.
Introdução	3
I – Fundamentação	4
II – Contextos Educativos	5
1. Contexto Educativo Externo	5
1.1. Enquadramento Geográfico	5
1.2. Enquadramento Histórico e Cultural	6
1.3. Coletividades de Gondomar	7
1.4. Referentes e Competências Gerais	9
1.5. Enquadramento Sócio–Familiar dos Alunos	10
2. Contexto Educativo Interno	12
2.1. Composição do Agrupamento de Escolas de Gondomar	12
2.2. Os Edifícios Escolares do Agrupamento de Gondomar	
– Estado de conservação e adequação das instalações	13
2.2.1. Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos	13
2.2.2. jardins de infância e Escolas do 1º Ciclo	15
2.3. A População Escolar do Agrupamento	17
2.3.1. Alunos	17
2.3.2. Corpo Docente	18
2.3.3. Pessoal não docente	19
2.4. Serviços Especializados de Apoio Educativo	19
2.5. Projetos de Desenvolvimento Educativo	20
2.6. Serviços, Recursos e Equipamentos	21
2.6.1. Serviços Administrativos	21
2.6.2. Recursos e Equipamentos	21
2.7. Associações de Pais e de Encarregados de Educação	23
3. A Estrutura Organizacional do Agrupamento	24
3.1. Identificação das situações–problema / desafios	25
3.2. Diagnóstico de Avaliação Interna	25
III – O Agrupamento que Queremos Construir:	27
IV – Divulgação e Avaliação do Projeto Educativo	35
Bibliografia	36

INTRODUÇÃO

Este **Projeto Educativo** constitui-se como o ideário comum dos estabelecimentos de educação e de ensino que integram o Agrupamento de Escolas de Gondomar. Nele se definem as finalidades, os grandes objetivos e as linhas de orientação e de ação que visam a qualidade do processo de ensino–aprendizagem, tendo como referencial temporal as experiências adquiridas desde o início desta Unidade Orgânica.

A fim de se poder enquadrar devidamente este Projeto, recordam-se as linhas orientadoras dos projetos educativos anteriores, onde se pretendia a criação de estruturas educativas funcionais e adequadas à realidade do Agrupamento, apelando-se a um modelo educativo de forte pendor humanista, imbuídos do espírito da Reorganização Curricular então a ser implementada, nos quais se enfatizava uma educação para os valores e para a cidadania.

Depois da avaliação interna a que aqueles foram sujeitos, redefine-se a conceção deste na mesma lógica do desenvolvimento de competências definidas no Currículo Nacional, contextualizando-as no meio onde se inserem as escolas que compõem este Agrupamento na preparação dos alunos para a sociedade da informação e do conhecimento¹, continuando a intenção da implementação curricular de carácter transversal e vertical, bem como das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC).

Partindo dos referentes atrás descritos e do conhecimento contextualizado dos alunos, poderão analisar-se os vetores inerentes às suas potencialidades individuais e coletivas, provocando-lhes o desafio das aprendizagens escolares como fatores determinantes para a sua vida ativa, podendo assim corresponder às constantes mutações da sociedade.

Enquanto projeto desenhado no quadro deste contexto educativo, é essencial que a identificação dos problemas, a clarificação dos objetivos e a definição das linhas de ação contribuam para um conhecimento capaz de conduzir a complexidade do processo de ensino–aprendizagem.

Este Projeto é um espaço em permanente construção, dinâmico na sua essência, aberto e partilhado, permitindo uma reflexão permanente e participativa.

I – FUNDAMENTAÇÃO

¹ - FIGUEIREDO, António Dias et all, *Novo Conhecimento Nova Aprendizagem*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2000.

O Projeto Educativo (PE), regulamentado pelo Dec. Lei nº 75/2008², e de acordo com o seu Artigo 9º alínea a), é o *documento que consagra a orientação educativa do agrupamento de escolas, (...) elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais o agrupamento de escolas (...) se propõe cumprir na sua função educativa.*

Tal definição faz do **Projeto Educativo** (PE) um documento orientador da prática educativa ao mesmo tempo que é expressão de identidade e de autonomia, construídas pela consciência progressiva de um processo que se pretende inovar no futuro.

Valores em que se fundamenta o Projeto Educativo

Para além de valores de carácter normativo, o presente Projeto assume ainda outros **Pilares**:

- De carácter **identitário**, pois pretende reforçar a identidade do Agrupamento como uma unidade de gestão que integra de forma articulada e assertiva as diversas valências que o constituem;
- De carácter **ideológico**, ao assumir-se como um ideário comum aos estabelecimentos de educação básica que integram o Agrupamento, propulsor de práticas educativas consentâneas com os problemas identificados em cada contexto educativo, no Plano de Atividades e no Projeto Curricular;
- De carácter **empírico–funcional**, uma vez que tem como referência a experiência acumulada ao longo dos anos que permite traçar novos caminhos para a ação educativa;
- De carácter **local**, pois o contexto em que o Projeto se insere é o pano de fundo em que irá desenvolver-se a sua referência em cada momento, desde a sua conceção à sua implementação e posterior avaliação;
- De carácter **teórico**, visto que a sua elaboração se apoia na lei e em linhas de pensamento de alguns teóricos ligados às teorias de Organização e Administração Educacional e de Desenvolvimento Curricular.

II – CONTEXTOS EDUCATIVOS

² - DIÁRIO DA REPÚBLICA, 1.ª série — N.º 79 — 22 de abril de 2008, p. 2241.

1. CONTEXTO EDUCATIVO EXTERNO

1.1. Enquadramento Geográfico

Gondomar é considerado o terceiro maior concelho da Grande Área Metropolitana do Porto, antecedido pelos concelhos de Vila Nova de Gaia e Porto, tendo uma área aproximada de 130,5 Km² e, de acordo com os dados do I.N.E., apresenta uma população de cerca de 174 000 habitantes³.

A Freguesia de Gondomar (S. Cosme), sede do concelho, adquiriu esta designação em 1928, quando foi elevada a Vila, passando a Cidade no ano de 1991. É habitada por mais de 34 000 pessoas, dispersas pela paisagem citadina – ainda com fortes marcas rurais e agrícolas – numa área que ronda os 12 Km², situada a cinco quilómetros do Porto e fazendo fronteira com Valbom, Rio Tinto, Baguim do Monte, Jovim, Fânzeres e S. Pedro da Cova⁴.

Esta cidade é marcada pelo Monte Crasto, propriedade da Confraria de St^o Isidoro, que lhe tem preservado o património histórico–natural, que tão bem a dignifica, assim como as famosas festas do concelho da Senhora do Rosário.

A pós-modernidade evidencia esta Freguesia–cidade como referência de valores económicos, culturais e artísticos, visíveis na Biblioteca, Pavilhão Multiusos, Piscinas e o Auditório, todos municipais, bem como os serviços públicos: Tribunais, Centro de Emprego e Segurança Social, Indústria, Comércio e também nos seus acessos à atual IC29, com ligação à VCI, A3 e às principais cidades da Grande Área Metropolitana do Porto⁵.

Estes tornaram-se uma mais-valia para a freguesia–sede do concelho que, juntamente com a centralidade face às restantes freguesias e a proximidade da cidade do Porto, fazem de Gondomar um renovado pólo cultural e cívico que pretende corresponder ao *boom* dos últimos anos, dando origem a fortes marcas de urbanização, acrescida da construção de habitação social tais como o conjunto habitacional do Monte Crasto, da Fontela e de Aguiar.

1.2. Enquadramento Histórico e Cultural

³ - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, *Anuário Estatístico da Região Norte*, 2008.

⁴ - JUNTA DE FREGUESIA DE GONDOMAR, *site oficial www.jf-gondomar.pt*, 2010.

⁵ - CÂMARA MUNICIPAL DE GONDOMAR, *Carta Educativa do Concelho*, 2007.

Excedendo a implantação da nacionalidade portuguesa, a povoação cuja designação é hoje conhecida por Gondomar terá sido fundada entre 610 e 612 por um rei visigótico, de seu nome Flávio Gundemário.

Com raízes bastantes antigas é em 1193 que D. Sancho I, ao doar o couto de Gondomar ao Bispo do Porto, lhe concede Carta de Couto, que viria a ser confirmada por seu filho D. Afonso II, em 1218. Data de 1515 o único Foral de Gondomar, atribuído por D. Manuel I.

Atualmente, é um município com grandes potencialidades, conferidas pela história e tradição, que se estendem por diversas áreas. No artesanato, assume particular importância a filigrana (expoente máximo), atividade tradicional de Gondomar com séculos de história, fruto da existência de minas de ouro na região, arte que sofreu a influência direta da estética dos mouros na Península Ibérica, notória pela riqueza dos seus rendilhados. Arrecadas, brincos, cordões e corações em ouro – e mais recentemente em prata – são joias indissociáveis do tradicional traje das lavradeiras de entre Douro e Minho, mas são também ostentadas por muitas mulheres apreciadoras daquela forma ancestral de trabalhar os metais preciosos. Os slogans “Gondomar Capital da Ourivesaria” ou ainda “Gondomar, Coração de Ouro”, remetem para o papel determinante que aqueles elementos representam na economia do concelho e o sentido artístico a todos inerente, tornando-se assim o centro vital da comunidade sócio-cultural.

Não podem ser esquecidos os trabalhos em marcenaria e em talha (muitas vezes apelidada de renda esculpida em madeira), evidenciadas na economia de Gondomar, artes cultivadas com mestria na transformação do mogno e nogueira, bem como em alumínio, cortiça, cestaria, cerâmica e pintura decorativa.

Dentro do concelho, as marcas culturais e artísticas estão patentes no património edificado de inegável valor histórico, como é o caso da Igreja Matriz, dedicada aos padroeiros de Gondomar, S. Cosme e S. Damião. Nesta sobressai a imponência da talha dos seus altares e tetos, assim como a imagem em pedra polícroma de N^a Sr^a do Rosário, da Escola de Coimbra (Séc. XVI), e o Painel de S. Cristóvão (Séc XVII). A Capela de St^o António, no Largo do Souto, com o seu altar em talha dourada, constitui também um exemplar bem representativo do barroco nacional. É neste local de culto que anualmente, a 13 de junho, se assiste à “Bênção do Pão” e à sua oferta aos mais desfavorecidos. Merece ainda relevo o Solar da Quinta da Bandeirinha, notável pela opulência dos seus tetos em talha.

A Romaria de N^a Sr^a do Rosário, conhecida por Festa das Nozes, assume-se durante os meses de setembro e outubro como um forte pólo de atração turística. Documentos datados de 1728 atestam que a Confraria de S. Cosme, S. Damião e N^a Sr^a do Rosário realiza há mais de 260 anos esta Romaria que, inserida nas Festas do

Concelho, conhece o seu dia maior na primeira segunda-feira após o primeiro domingo de outubro, feriado municipal instituído a partir de 1969.

A música, divulgada pela “Banda de Música de Gondomar”, pelos diversos orfeões e pelo folclore, que também retrata estas marcas culturais, está contudo mais ligada à vertente rural do concelho, que a caracteriza com as suas atividades. Daí as danças mais relevantes e representativas serem a chula, a tirana, a caninha verde e o vira, primorosamente executadas pelas mais de duas dezenas de grupos folclóricos existentes neste concelho, patentes no Festival Internacional de Folclore Cidade de Gondomar que, habitualmente no último fim de semana de julho, reúne grupos oriundos de diversos países, num espetáculo de alegria e cor.

Anualmente, de janeiro a abril, realiza-se a “Festa do Sável e da Lampreia”, promovendo-se desta forma concursos gastronómicos que proporcionam a degustação de pratos como a Lampreia à Bordalesa, Arroz de Lampreia e o Sável no Espeto, iguarias tradicionais que representam um verdadeiro ‘Cartaz Turístico’ da Região, pela adesão massiva das unidades de restaurantes e hotelaria do município. Não menos importante é também o tradicional Caldo de Nabos, que também é promovido por idêntico concurso gastronómico durante as festas do concelho⁶.

Todas estas atividades proporcionam uma vida económica, social e cultural aprazível, quer para os que aqui vivem quer ainda para todos os que se deixem envolver pelos encantos naturais de Gondomar.

1.3. Coletividades de Gondomar

No levantamento das instituições sócio-culturais do meio, constata-se que existem 37 que podem oferecer um potencial educativo/formativo, na perspetiva da cidade educadora⁷, – onde o ensino não formal/informal se funde com o formal, dando assim maior expressividade a este agrupamento de escolas.

Na consulta do relatório de avaliação interna, verifica-se que já existem 14 protocolos ou parcerias firmados com algumas delas, pelo que importa envidar contactos na tentativa de criar novas parcerias com as restantes.

A listagem que se apresenta na tabela seguinte pretende demonstrar esta realidade.

⁶ - CÂMARA MUNICIPAL DE GONDOMAR, *Carta Educativa do Concelho*, 2007, Parte II, pp.13-15.

⁷ - SUBIRATS, Joan i Humet, *Gbierno local y educación*, Ariel, Barcelona, 2002.

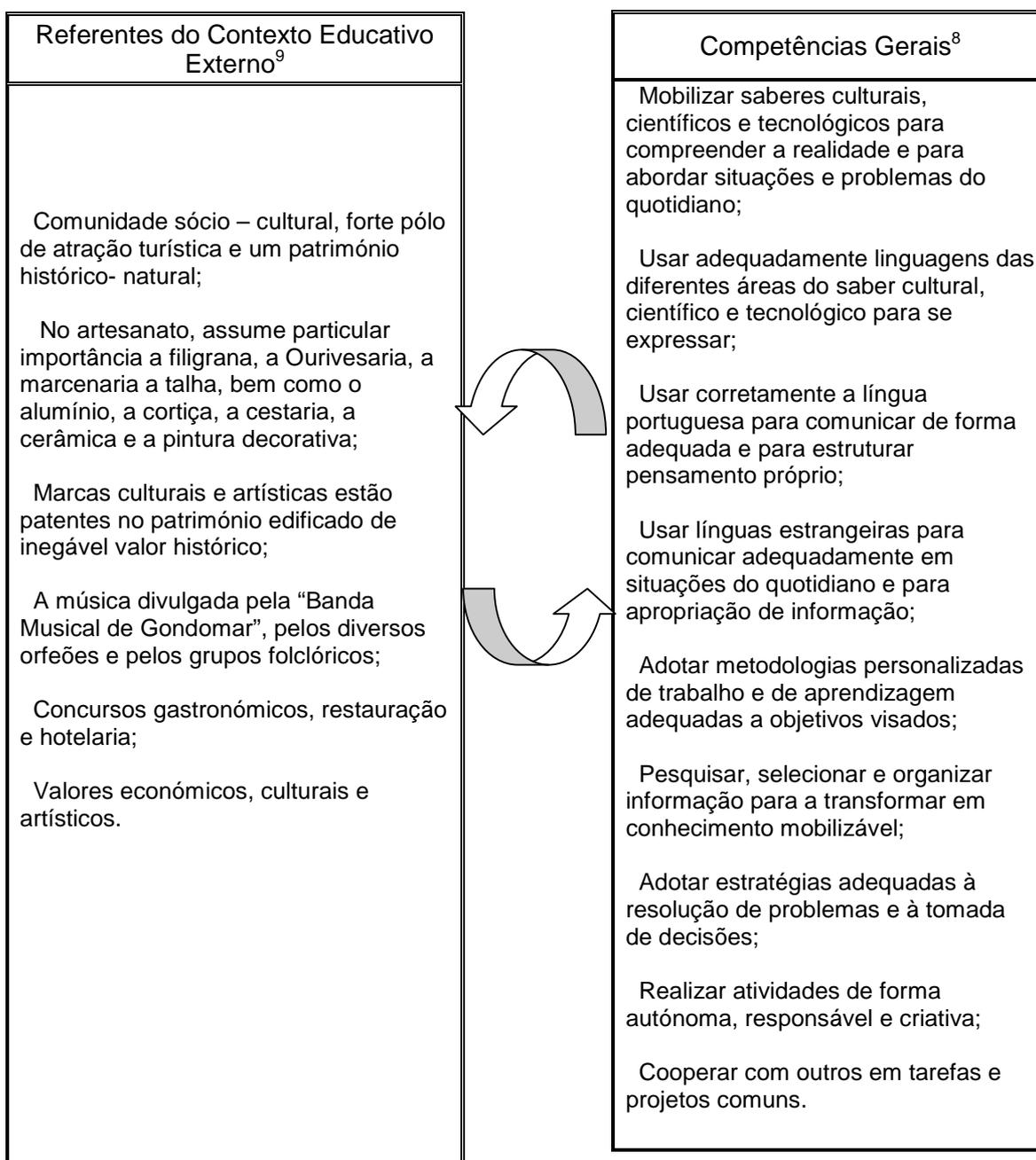
- WWW.joaquimazevedo.com

COLETIVIDADES	Com Protocolo	Actualgest – Escola de Formação Profissional
		Águas de Gondomar
		Ala Nun'Alvares de Gondomar
		Associação de Formação e Apoio Gondomar Social (AFAGOS)
		Bombeiros Voluntários de Gondomar
		Câmara Municipal de Gondomar
		Centro Novas Oportunidades (CNO) das Escolas Secundária de Gondomar e Valbom
		Centro de Saúde de Gondomar
		Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Gondomar (CPCJ)
		Escola Profissional de Gondomar
		Federação das Associações de Pais (FAPAG)
		Junta de Freguesia de Gondomar (S. Cosme)
		Polícia de Segurança Pública (PSP)
		Rede Social de Gondomar
		Sem Protocolo
	Associação Comercial e Industrial de Gondomar	
	Associação de Dadores de Sangue de Gondomar	
	Associação Recreativa Luz e Vida Gondomar	
	Banda Musical de Gondomar	
	Clube Gondomarense	
	Clube Ornitológico de Gondomar	
	Clube de Caça e Pesca de Aguiar	
	Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 278	
	Federação das Coletividades de Gondomar	
	Geoclube – Associação Juvenil de Ciências, Natureza e Aventura	
	Gondomar Cultural	
	Gondomar Futsal Clube	
	Gondomar Sport Clube	
	Grupo Columbófilo de Gondomar	
	Grupo Coral Kyrius	
	Grupo Coral Senhor dos Aflitos	
	Grupo Folclórico de S. Cosme	
	Grupo Psallite	
	Juventude Desportiva de Gondomar	
Orfeão de Gondomar		
Santa Casa da Misericórdia		
Vilar Futsal Clube Desportivo		

A caracterização externa apresentada pretende fornecer um conjunto de referentes que se relacionam com as competências gerais definidas no Currículo Nacional, os quais este Agrupamento entende que podem ser integrados nas respetivas planificações das várias disciplinas, no tocante aos projetos curriculares de Turma.

O quadro seguinte, pretende demonstrar a relação que aqueles têm com as competências gerais do Currículo Nacional.

1.4. Referentes e Competências Gerais



1.5. Enquadramento Sócio-Familiar dos Alunos

⁸ - DIÁRIO DA REPÚBLICA, *Decreto-Lei Nº 6/2001 de 18 de janeiro* — 1ª SÉRIE - A, Nº15, *Currículo Nacional do Ensino Básico*.

⁹ - Elaboração própria.

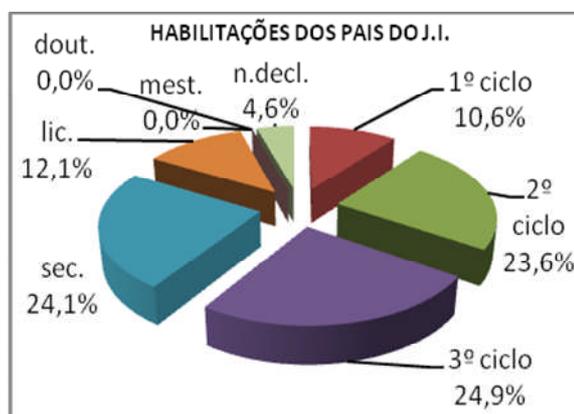
A área de influência populacional atrás identificada, a heterogeneidade da escolarização, o desempenho profissional dos pais, dos alunos e a Ação Social Escolar do Agrupamento de Escolas de Gondomar são realidades que fornecem dados considerados relevantes para este Projeto quanto à identificação de problemas que se podem refletir no grau de interesse e valorização da aprendizagem de um número significativo de alunos que o frequentam e, possivelmente, quanto a fenómenos de baixa ou alta expectativa relativamente à Escola e suas funções – Integrar, Educar, Ensinar, Socializar, Alertar, Formar, Decidir, Resolver e Partilhar.

Todos os quadros e os gráficos que se apresentam pretendem demonstrar aquelas realidades, de acordo com os dados referentes ano 2009/2010¹⁰.

Habilitações Literárias dos Pais dos Alunos do Agrupamento:

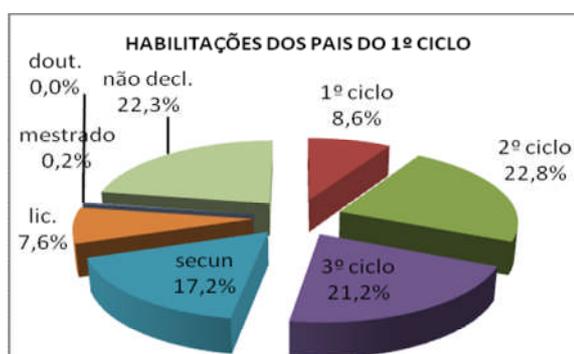
jardim de infância

Nível global de habilitações dos pais dos alunos do jardim de infância	
1º ciclo	49
2º ciclo	109
3º ciclo	115
secundário	111
licenciatura.	56
mestrado	0
doutoramento	0
não declarado	21

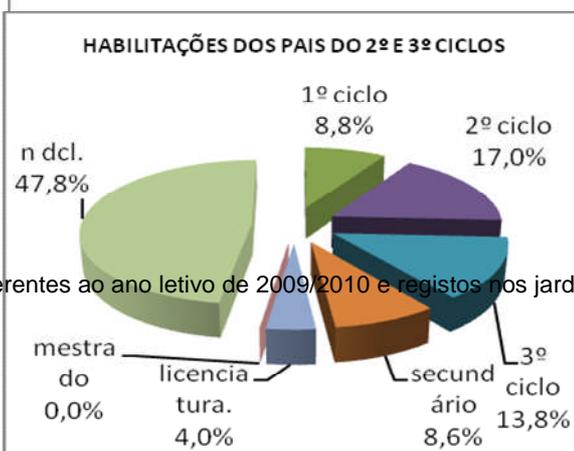


1º Ciclo

Nível global de habilitações dos pais dos alunos do 1º ciclo	
1º ciclo	194
2º ciclo	513
3º ciclo	476
secundário	388
licenciatura.	172
mestrado	5
doutoramento	0
não declarado	502



2º e 3º Ciclos

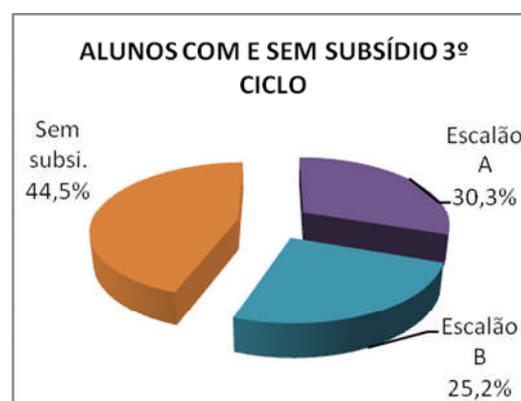
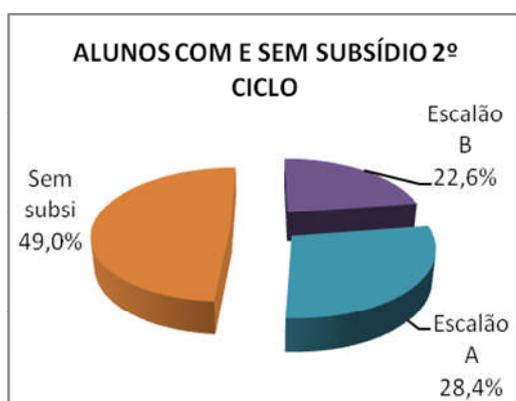
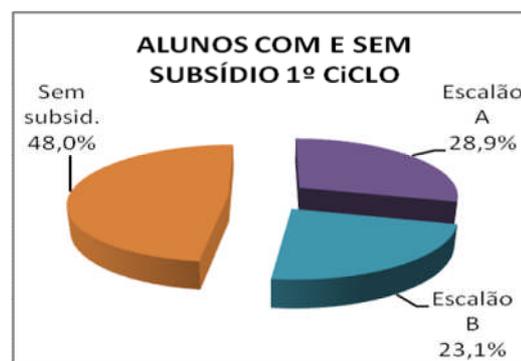
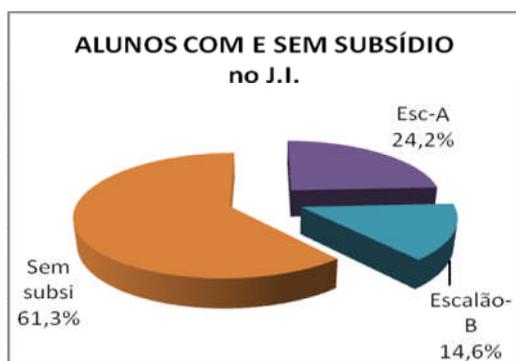


¹⁰ - Dados extraídos dos serviços Administrativos referentes ao ano letivo de 2009/2010 e registos nos jardins de infância.

Nível global de habilitações dos pais dos alunos dos 2º e 3º ciclos	
1º ciclo	173
2º ciclo	334
3º ciclo	272
secundário	168
licenciatura.	79
mestrado	0
doutoramento	0
não declarado	938

Nesta sequência também se apresentam o número de alunos e as percentagens dos que beneficiam de auxílios económicos da Ação Social Escolar.

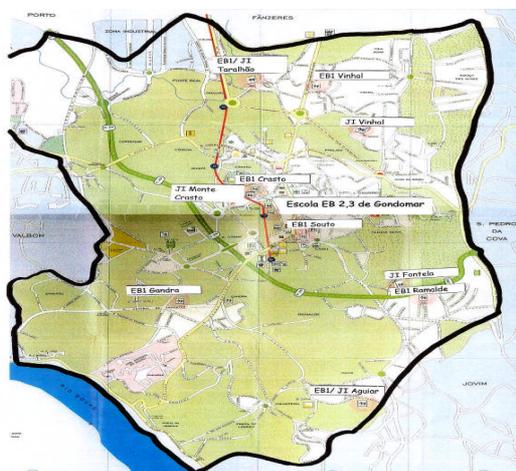
Número Total de Alunos do Agrupamento – 2054			
Jardim de infância	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo
240	888	560	366



2. CONTEXTO EDUCATIVO INTERNO

2.1. Composição do Agrupamento de Escolas de Gondomar

Esta unidade orgânica, Agrupamento de Escolas de Gondomar [AEG] é constituída pelo conjunto de escolas que se identificam no mapa inserto e descritas no quadro seguinte, segundo a tipologia e a capacidade relativa ao número de salas¹¹.



Escolas do AEG	Tipologia	Número de Salas
EB 2/3 de Gondomar (escola sede)	Modelo Brandão	33
EB1 /J.I. de Aguiar	Plano dos Centenários	6+2
EB1 do Crasto	Plano dos Centenários	6
EB1 da Gandra	Plano dos Centenários	4
EB1 de Ramalde	P3	4
EB1 do Souto	Plano dos Centenários	8
EB1/ J.I. do Taralhão	P3	6+2
EB1 do Vinhal	Plano dos Centenários	4
Jardim de infância da Fontela	Adaptado	2
Jardim de infância do Monte Crasto	Adaptado	2
Jardim de infância do Vinhal	Sem tipologia	2

Estas diferenciam-se tanto pelo modelo e dimensão das suas instalações como pela sua história, tendo sido criadas ao longo de um período que se inicia muito antes do 25 de Abril e termina já na década de noventa.

As suas identidades desenharam-se em contextos específicos, de acordo com a cultura escolar criada pelos normativos da época, fatores que se refletiram na conceção de um agrupamento entendido como algo mais do que a soma das escolas unidas por uma secretaria comum.

¹¹ - Elaboração própria

2.2. Os Edifícios Escolares do Agrupamento de Gondomar – Estado de conservação e adequação das instalações

2.2.1. Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Gondomar



Esta foi criada como escola preparatória Júlio Dinis, no ano de 1968, no dia nove de setembro¹²; após o 25 de Abril de 1974 passou a chamar-se Escola Preparatória de Gondomar¹³, e em 1995 Escola Básica do 2º e 3º Ciclos, tal como hoje se afirma na integração no Agrupamento criado em 1/9/2003, de acordo com o ponto 1 do artigo 5º do Decreto-Lei 115-A de 1998, de 4 de maio¹⁴.

Começou por ocupar uma residência na R. 25 de Abril e parte das instalações na Escola Comercial e Industrial de Gondomar (atual Escola Secundária) Em janeiro de 1973 passou a ocupar as atuais instalações que a seguir se descrevem¹⁵:

Pavilhões	Salas	Outros espaços
Corpo A1	4 Salas de aula 1 Sala de Educação Visual e Tecnológica 1 Sala do Ensino Especial 1 Sala TIC	Átrio de entrada Gabinete de professores, (utilizado como sala de aulas de apoio) Instalações sanitárias
Corpo A2	6 Salas de aula 1 Sala de Educação Visual e Tecnológica 1 Laboratório de Físico Químicas 1 Sala de clubes	Átrio de entrada Gabinete de professores, (utilizado como sala de aulas de apoio) Instalações sanitárias de alunos
Corpos A3	4 Salas de aula 1 Sala de Educação Visual e Tecnológica 2 Salas do Curso CEF	Átrio de entrada Gabinete de professores, (utilizado como sala de aulas de apoio) Instalações sanitárias de alunos
Corpos A4	5 Salas de aula 1 Sala de Educação Visual e Tecnológica 1 Sala de Educação Visual 1 Sala de Ciências da Natureza	Átrio de entrada Gabinete de professores, (utilizado como sala de aulas de apoio) Instalações sanitárias de alunos Sala do GAAF

¹² - DIÁRIO DO GOVERNO, *Portaria 23600*, nº 213, 1º Série1º Suplemento, de 9/9/1968, pp. 1335–1342.

¹³ - Consultar cartões de registo de Pessoa Coletiva.

¹⁴ - DIÁRIO DA REPÚBLICA nº 102 (Supl.) I-A de 4 de maio, p. 1998-(2).

¹⁵ - Elaboração própria.

Corpo A 5	2 Salas de Educação Musical.	Átrio Instalações sanitárias
Polivalente	<ul style="list-style-type: none"> • Salão de Convívio dos alunos • Serviços de apoios aos alunos – Bufete, Papelaria, SASE, Cozinha e Refeitório • Reprografia • Biblioteca Escolar e Centro Recursos • Gabinete de Diretores de Turma e de Atendimento aos Encarregados de Educação • Secretaria • 2 Gabinetes do Órgão Executivo-Diretora • Sala de professores • Gabinete de SPO 	Átrio e telefones Instalações sanitárias Gabinete de Primeiros Socorros Espaço coberto junto aos serviços de Secretaria
Pavilhão Gimno desportivo	<ul style="list-style-type: none"> • Utilizado para aulas de três turmas em simultâneo • Utilizado por clubes e equipas desportivas da comunidade 	3 Campos de jogos exteriores

Os 5 Pavilhões e o corpo central estão ligados por corredores cobertos por placas de fibrocimento.

A escola funciona em regime duplo, embora cada turma tenha sala própria, no turno principal, verificando-se assim notória falta de espaços e de condições para:

- Trabalho das equipas docentes e da Direção;
- Atendimento aos Encarregados de Educação;
- Reuniões do Diretor de Turma com os alunos;
- Salas para aulas de apoio;
- Convívio de alunos;
- Arquivo.

É também notória a degradação das instalações, nomeadamente a nível de:

- Canalização;
- Infiltrações de águas pelas coberturas das salas de aula;
- Piso dos logradouros;
- Sistema de intercomunicações (campainhas);
- Pavimentos (salas de aula e pavilhão gimnodesportivo);
- Pintura das paredes das salas;
- Mobiliário das salas de aula e átrios (mesas desajustadas ao nível etário dos alunos);
- Dimensões dos quadros das salas de aula;
- Falta de expositores, de armários e de alguns cacifos¹⁶.

¹⁶ - A situação de degradação de alguns espaços deve-se à utilização sempre intensiva durante anos sucessivos; à insuficiência de obras de manutenção e/ou adaptação; à contínua cedência de instalações.

2.2.2. jardins de infância e Escolas de 1º Ciclo

A agregação dos estabelecimentos de Educação pré-escolar e do primeiro ciclo, *por áreas escolares, deu origem à criação de núcleos de ação pedagógica*¹⁷, tendo como finalidades a aproximação e articulação dos recursos das escolas e como *objetivos promover a participação democrática e atenuar o isolamento da monodocência*.

Neste Agrupamento, cada núcleo de ação pedagógica é constituído pelos estabelecimentos do pré-escolar e do 1º ciclo, agregados por critérios de proximidade geográfica, número de turmas e facilidade de comunicação, visando reforçar a articulação e a multidisciplinaridade pedagógicas, contribuindo para uma cultura de escola com uma organização inovadora.

Os quadros que a seguir se apresentam revelam essa estrutura organizacional¹⁸.

1. Núcleo de E.B.1 do Souto + J.I. da Fontela + E.B.1 do Crasto + J.I. do Monte Crasto.

Escolas/jardins Infância	Salas de Aula	Outros Espaços
E.B.1 do Souto	7 Salas de aula	2 Átrios de entrada Sala de Professores/ Recursos Instalações sanitárias de alunos e professores Cantina com cozinha Polivalente Recreio com campo de jogos Logradouro coberto
J.I. Fontela	2 Salas de atividades	Átrio Espaço comum entre as salas que funciona como polivalente Sala de docentes Cozinha (usada como refeitório) Instalações sanitárias de adultos e de crianças Recreio com parque infantil e campo de jogos
E.B.1 do Crasto	6 Salas de aula	2 Átrios de entrada Sala de Professores/Recursos Instalações sanitárias de alunos e professores Cozinha Polivalente Recreio com campo de jogos
J.I. Monte Crasto	2 Salas de atividades	Átrio Espaço comum entre as salas que funciona como polivalente Pequena sala de docentes/ gabinete médico Cozinha usada como refeitório Instalações sanitárias de alunos e professores Recreio com parque infantil.

2. Núcleo E.B.1/ J.I. Taralhão + E.B.1 Vinhal + J.I. Vinhal

¹⁷ - DIÁRIO DA REPÚBLICA - I Série - A, nº 107, *Decreto-Lei nº 172/91*, de 10 de maio, Art. 5º, pontos 2 e 3.

¹⁸ - Elaboração própria.

Escolas/ Jardins Infância	Salas de Aula	Outros Espaços
E.B.1 Taralhão	5 Salas de aula 1 Sala de Unidade de Apoio ao Aluno com Multideficiência (UAAM)	Átrios Sala de Professores Polivalente Instalações sanitárias de alunos e professores Cozinha Refeitório Gabinete de 1ºs socorros Dispensa Recreio com parque infantil e campo de jogos
J.I. Taralhão	2 Salas de atividades	Átrio Polivalente Cozinha com refeitório Sala de Educadores Recreio
E.B. 1 Vinhal	4 Salas de aula	Átrios Polivalente Sala de Informática Instalações sanitárias de crianças e adultos Cozinha Refeitório Recreio com parque infantil e campo de jogos Logradouro coberto
J.I. Vinhal	2 Salas de atividades	Polivalente Cozinha com refeitório Sala de Educadores Instalações sanitárias de crianças e adultos Recreio com parque infantil e campo de jogos

3. Núcleo E.B.1 de Ramalde + E.B.1 da Gandra + E.B.1/ J.I. de Aguiar

Escolas/ Jardins Infância	Salas de Aula	Outros Espaços
E.B.1 de Ramalde	4 Salas de aula	2 Átrios de entrada Sala de professores Instalações sanitárias de alunos e professores Cozinha Polivalente Recreio com de jogos Logradouro coberto
E.B.1 da Gandra	4 Salas de aula 1 Sala de Informática Edifício 2 – 2 salas	2 Átrios de entrada Sala de reuniões Instalações sanitárias de alunos e professores Sala de professores com pequena cozinha Cantina com cozinha Polivalente Recreio com parque infantil e campo de jogos Logradouro coberto
E.B.1 de Aguiar	6 Salas de aula	2 Átrios de entrada Sala de professores e de Coordenação Instalações sanitárias de alunos e professores Cozinha Sala de professores Polivalente Recreio com parque infantil e campo de jogos Logradouro coberto
J.I. de Aguiar	2 Salas de atividades	Átrio (polivalente) Sala de docentes Cozinha com refeitório Instalações sanitárias de adultos e crianças

		Recreio com parque infantil Logradouro coberto
--	--	---

As escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico (CEB) encontram-se parcialmente recuperadas e em condições mínimas de funcionamento, assim como os jardins de infância (JI) construídos de raiz. No entanto, tendo em conta que em todas as escolas do 1º CEB funcionam as Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) e os refeitórios escolares para a maioria dos alunos que as frequentam, *o espaço tornou-se exíguo e pouco adequado* a todas estas novas atividades, necessitando de uma requalificação.

Os jardins de infância de Monte Crasto e Fontela funcionam em instalações adaptadas.

O do Monte Crasto sofreu obras de remodelação no último ano letivo, sendo melhorado consideravelmente. No entanto, ainda está integrado neste o serviço de Assistência Social às pessoas do conjunto habitacional de carácter social que perturba o seu bom funcionamento, devido à entrada e saída dos utentes e ainda o GIAF(Gabinete de Informação e Apoio à Família).

O da Fontela não tem espaço adequado para o serviço de almoço e prolongamento de horário e as instalações são no geral muito húmidas e mal iluminadas.

A estrutura do espaço onde estes dois J.I. estão implantados revela problemas de humidade, infiltração de água e inundações provocadas pela rede de esgotos.

2.3. A População Escolar do Agrupamento – Ano letivo de 2009/2010¹⁹

2.3.1. Alunos

Escolas e J.I.	Nº de Turmas	Número de alunos por anos de escolaridade								Total
		JI	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	
EB1/JI Aguiar	4+2	50	17	17	24	25				133
EB1/JI Taralhão	6+2	50	43	24	24	22				163
EB1 Crasto	6		33	24	44	24				125
EB1 Gandra	7		48	41	43	21				153
EB1 Ramalde	4		23	20	23	23				89
EB1 Souto	8		46	45	47	48				186
EB1 Vinhal	6		24	24	47	42				137
Jl Fontela	2	50								50
Jl Monte Crasto	2	45								45
Jl Vinhal	2	45								45
Escola E.B.2/3	37									928
		5º	6º	7º	8º	9º				
		282	279	145	133	89				
Número Total de Alunos do Agrupamento										2054

Alunos e Turmas dos Cursos das Novas Oportunidades			
	Curso de Educação e Formação de Jovens (C.E.F.)	Curso de Educação e formação de Adultos (E.F.A.)	Alfabetização

¹⁹ - Dados extraídos dos serviços Administrativos referentes ao ano letivo de 2009/2010.

	Operador de Informática	Operador de Eletricidade	Escolar	Profissional	14
Nº de alunos	17	12	7	22	
Nº de Turmas	1	1	1	1	1

Educação Especial

Número de alunos atendidos pelos docentes de Educação Especial

Nível de Ensino	Nº Alunos	Docentes
Intervenção precoce na infância – IPI	29	4
Pré-Escolar	7	1+1
UAAM	7	2
1º Ciclo	7	2
2º/3º Ciclos	18	2+1+1
Escola Secundária de Gondomar (ESG)	3	1

2.3.2. Corpo docente

No quadro seguinte dá-se a conhecer a estabilidade do corpo docente, com base no tipo de vínculo em cada nível de ensino.

Ciclos de Docência	Contratados	Quadro Zona Pedagógica	Quadro de Agrupamento	Total
Ed. Infância	0	4	10	14
Prof. 1º Ciclo	5	2	46	53
Prof. 2º Ciclo	12	2	50	64
Prof. 3º Ciclo	12	0	40	52
Ed. Especial	4	1	5	10
Intervenção Precoce	0	0	4	4
Apoio Sócio-Educativo	0	0	3	3
Total	33	9	158	186

2.3.3. Pessoal não docente

No quadro seguinte apresenta-se a categoria, o número e o respetivo vínculo relativo a estes profissionais.

Assistentes Técnicos e Assistentes Operacionais do Agrupamento				
	Quadro definitivo	Contrato a	Contrato	Centro de

		termo certo	Individual de Trabalho	Emprego ²⁰
Serviços Administrativos	5	3	2	0
Jardins de Infância	4	11	0	8
Escolas E.B./1	3	14	5	10
Escola E.B.2/3	12	9	8	1

2.4. SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO EDUCATIVO

Psicologia e Orientação

Atuam em estreita articulação com os outros serviços de apoio educativo, conforme consignado no Decreto-Lei nº 190/91²¹, Decreto-Lei nº 300/97²² e Despacho nº 9022/99²³.

Asseguram o acompanhamento dos alunos, individualmente ou em grupo, ao longo do processo educativo, no apoio ao desenvolvimento do sistema de relações interpessoais no interior da escola e entre esta e a comunidade e ainda no domínio da orientação escolar e profissional.

Educação Especial

Tem como objetivos a inclusão educativa e social, o acesso e sucesso educativos, a autonomia, a estabilidade emocional, a promoção da igualdade de oportunidades, a preparação para o prosseguimento de estudos ou para uma adequada vida profissional e para a transição da escola para o emprego jovens com necessidades educativas especiais de carácter permanente, de acordo com o Decreto-Lei nº 3/2008²⁴.

Gabinete de Apoio Disciplinar e Integração Escolar – GADIE

Tem como finalidades apoiar os alunos com comportamentos desajustados, de indisciplina e de conflito e que são excluídos da sala de aula, favorecendo a sua integração plena no meio escolar, levando-os a refletir sobre o seu comportamento e tomar consciência dos seus atos, prevenindo situações de risco e o absentismo.

Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família – GAAF/Mediador Educativo

²⁰ - Estes dados são referentes ao ano letivo de 2009/2010

²¹ - DIÁRIO DA REPÚBLICA, *Decreto-Lei nº 190*, de 17/5/ 91.

²² - DIÁRIO DA REPÚBLICA, *Decreto-Lei nº 300*, de 31/10/97.

²³ - DIÁRIO DA REPÚBLICA, *Despacho nº 9022*, de 6/599.

²⁴ - DIÁRIO DA REPÚBLICA, I Série nº 4 de 7 de janeiro,

Tem como objetivo a procura de soluções para os problemas quotidianos dos alunos, o combate ao absentismo e ao abandono escolar, estabelecendo estratégias para prevenção da exclusão social dos discentes e seus familiares.

Colabora estritamente com os diversos serviços de apoio da escola bem como com alguns organismos com os quais estabeleceu parcerias, quer a nível interno como externo, em especial com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Gondomar.

Professor tutor

Os programas de tutoria foram criados no âmbito da legislação em vigor²⁵ e procuram ajudar os alunos em risco de desorganização do seu percurso escolar, construindo o seu próprio projeto de aprendizagem. O professor tutor colabora com o Diretor de Turma na articulação do aluno com a comunidade e a equipa educativa.

2.5. PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO EDUCATIVO

Atualmente, a Escola deverá dar resposta às mutações sociais, desempenhando funções tradicionalmente familiares, nomeadamente as relacionadas com a socialização, a educação cívica e ecológica e a ocupação de tempos livres. Para esse efeito, este agrupamento criou uma rede de projetos/clubes escolares que se insere na dimensão letiva, extraletiva e interativa²⁶.

. Projeto de intervenção precoce	. Clube Lupas
. Agenda 21	. Clube Saberes e Sabores
. Apoios educativos	. Clube de Inglês
. Apoios sócio-educativos (pré-escolar)	. Clube de Alemão
. Desporto Escolar	. Clube das Tecnologias
. Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC -1º Ciclo)	. Clube Europeu
. Projeto de Educação para a Saúde	. Clube de Rádio e Música
. Plano Nacional de Leitura (PNL)	. Clube de Foto e Vídeo
. Programa Nacional do Ensino de Português 1º Ciclo (PNEP)	. Clube de Proteção Civil
. Plano da Matemática II (PM II)	. Clube da Matemática (2º ciclo)
. Plano de Ação de Português (PAP)	. EcoClube
. Projeto Sarau Cultural	. Escola de Teatro
	. Escola Segura.

²⁵ - DIÁRIO DA REPÚBLICA, *Decreto-Lei nº 10/99*, de 21 de julho, Artigo 10º, e DIÁRIO DA REPÚBLICA, *Despacho Normativo nº 50/2005*, de 20 de outubro, Artigo 2º.

²⁶ - MARQUES, Ramiro, *Professores, Famílias e projeto educativo*, Porto, ASA, 2001.

2.6. SERVIÇOS, RECURSOS E EQUIPAMENTOS

2.6.1. Serviços Administrativos

Os Serviços Administrativos funcionam na Escola-sede, sob a responsabilidade direta do Chefe de Serviços de Administração Escolar, e desempenham funções de secretaria e administração nos termos da legislação aplicável nas áreas de alunos, pessoal docente e não docente, contabilidade, ação social escolar e expediente geral.

2.6.2. Recursos e Equipamentos

Biblioteca

A Biblioteca Escolar, de acordo com o estipulado no ponto 4 do Artº 46 do Decreto-lei nº75/2008²⁷, é considerado um serviço técnico-pedagógico, o qual deverá estabelecer a sua articulação com os restantes serviços. Constitui ao mesmo tempo um recurso ao serviço da comunidade educativa, adquirindo cada vez mais expressividade no âmbito da interação externa. Deverá promover:

- Projetos, dinâmicas e iniciativas no âmbito de atividades de apoio ao currículo formal com vista a facilitar a existência de aprendizagens diversificadas, bem como acesso a recursos documentais e tecnológicos complementares ao estudo em sala de aula, sendo para isso necessário ter o fundo documental atualizado.
- Atividades extracurriculares como contributo para a formação global dos alunos em áreas consideradas importantes, tais como a educação ambiental, a literacia da informação, a leitura, a promoção de estilos de vida saudáveis, o espírito de solidariedade e o apoio às aprendizagens.
- As Parcerias com a Rede de Bibliotecas Escolares (RBE), Rede de Bibliotecas Escolares do Porto (RBEP) e a Rede Concelhia de Bibliotecas (Escolares e Municipal)

A Biblioteca Escolar está organizada em áreas funcionais (leitura, leitura informal, áudio-visual e informática) adequadas:

- Às funções e objetivos decorrentes da sua integração na Rede de Bibliotecas Escolares (RBE) e por inerência aos ideários internacionais por esta subscritos (IFLA/UNESCO), relativos ao papel e missão das bibliotecas escolares;
- À execução dos objetivos e campo de ação definidos no Regulamento Interno do Agrupamento enquanto serviço técnico-pedagógico;

²⁷ - DIÁRIO DA REPÚBLICA, 1ª série – nº 79 – 22 de abril de 2008.

- Às normas específicas de utilização do espaço definidas no Regulamento da Biblioteca Escolar aprovado em Conselho Pedagógico.

Tecnologias da Informação

A sala de informática (TIC) está equipada com 15 computadores, 1 projetor multimédia e quadro branco. Todos os computadores estão ligados em rede e têm acesso aos serviços disponibilizados pela Internet e à rede interna do Agrupamento.

Para o Curso CEF de Eletricidade, a sala conta com 6 computadores com acesso à internet mais um projetor multimédia; o Curso CEF de Operadores de Informática dispõe de 10 computadores ligados à NET e 1 projetor multimédia.

Cada pavilhão dispõe de 4-5 computadores portáteis, destinados a apoiar as aulas de todas as disciplinas e de Área de Projeto, assim como de outros serviços que recorram a esses recursos informáticos. Todas as salas estão ainda equipadas com computadores fixos.

Reprografia

Este espaço está apetrechado com equipamentos de cópia e encadernação onde os professores e alunos podem produzir e/ou reproduzir trabalhos e documentação inerente ao desempenho das suas funções pedagógicas.

Papelaria

Este serviço tem a função de fornecer todo o tipo de material escolar para a Comunidade Educativa, e distribuí-lo gratuitamente pelos alunos de menores recursos económicos. Os lucros obtidos pela gestão dos serviços da papelaria estão regulamentados pelo Gabinete de Gestão Financeira.

Bufetes

Constituem um serviço suplementar do fornecimento de refeições; observam as normas de higiene e segurança alimentar e asseguram uma alimentação equilibrada e adequada aos discentes e corpos docente e não docente, com a observância das normas gerais de higiene e segurança alimentar.

2.7. ASSOCIAÇÕES DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO

Todas as escolas e jardins de infância possuem a sua Associação de Pais e Encarregados de Educação formalmente constituída de acordo com a legislação em vigor.

- A.P. da EB 2/3
- A.P. do Souto
- A.P. do Jardim e EB1 do Crasto
- A.P. do J. I. da Fontela
- A.P. da E.B.1/J.I. do Taralhão
- A.P. do J.I. do Vinhal
- A.P. da EB1 do Vinhal
- A.P. da E.B.1/J.I. de Aguiar
- A.P. da EB1 da Gandra
- AP. da EB1 de Ramalde

A constituição destas associações reflete, em primeiro lugar, o elevado grau de perceção da sua importância na vida das escolas do Agrupamento, fundamental para os propósitos deste Projeto.

A sua intervenção, de acordo com a **Lei das Associações de Pais** (Decreto-Lei n.º 372/90, 27 de novembro²⁸, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 80/99, 16 de março²⁹, e Lei 29/2006, 4 de julho³⁰), situa-se em várias frentes, entre elas:

- Participação nos órgãos de gestão e em algumas estruturas de orientação educativa;
- Cooperação no levantamento de dificuldades e na procura de soluções;
- Colaboração em iniciativas da escola e oferta de materiais de apoio;
- Atribuição de complemento ao seguro escolar aos educandos dos associados (no caso da E.B. 2/3, E.B.1 do Souto, E.B.1 de Aguiar);

A participação das Associações de Pais tem, também, expressividade através das suas atividades integradas no Plano Anual de Atividades do Agrupamento, que poderão ser articuladas com outras da comunidade escolar e entidades locais que capitalizem recursos para a melhor educação/formação dos alunos.

Poderão ainda tomar iniciativas diversas que promovam o arranjo e embelezamento dos espaços escolares no respeito pelo ambiente e pela Natureza, contribuindo para a qualidade de vida da comunidade educativa.

O Conselho de Representantes das Associações de Pais do Agrupamento de Escolas de Gondomar, designado por **C.R.A.P.**, assume a forma encontrada pelas AP do Agrupamento para mensalmente reunirem, com o objetivo de partilha e discussão em tudo o que respeita ao exercício do direito que lhes assiste de participar na educação dos seus filhos ou educandos.

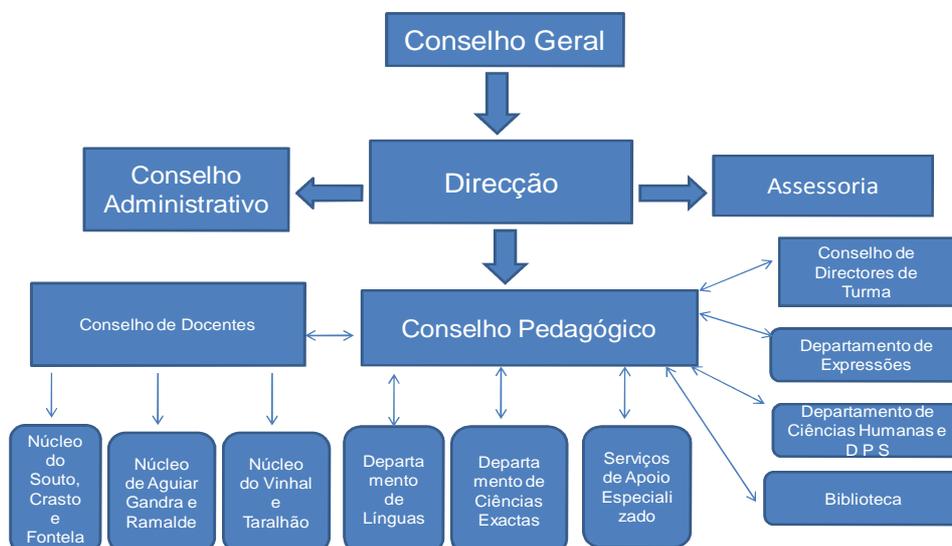
O **C.R.A.P.** é o órgão que representa as Associações de Pais das Escolas e jardins de infância do Agrupamento nas reuniões com a Direção, previstas no seu Regulamento Interno.

²⁸ - DIÁRIO DA REPÚBLICA n.º 274, 1ª série, pp. 4848-4850, republicado conjuntamente com a Lei n.º 29/2006, pp. 4718-4721.

²⁹ - DIÁRIO DA REPÚBLICA n.º 1454, 1ª série, pp. 1454-1456.

³⁰ - DIÁRIO DA REPÚBLICA n.º 127, 1ª série, pp. 4717-4718.

3. A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO AGRUPAMENTO³¹



Esta Unidade Organizacional comporta, desde a sua implementação, uma tradição que se prende com a capacidade de responder perante uma comunidade educativa que por si só é complexa.

O levantamento das situações problema/desafios, o diagnóstico da avaliação interna e as tabelas representativas do sucesso/insucesso por ciclo de estudo revelam a necessidade de uma convergência de esforços e a diversidade de motivações que permitam o sucesso deste Projeto.

3.1. Identificação das situações–problema / desafios

- A proximidade com as grandes cidades vizinhas;
- O crescimento da população na freguesia de Gondomar (S. Cosme);
- A existência de conjuntos habitacionais de carácter social;
- O desfasamento entre a Escola e o seu Meio Cultural;
- A baixa escolarização familiar;
- As carências económicas das famílias;
- A dispersão das escolas que constituem o Agrupamento;
- A degradação das instalações escolares;
- A concentração dos recursos na escola-sede;
- Alguns constrangimentos à rentabilização dos recursos disponíveis;
- A falta de espaços físicos;

³¹ - Elaboração própria.

- A definição de funções da escola e da família.

Estes indicadores foram extraídos do corpo deste Projeto, onde se podem identificar na sua leitura. Contudo, outros se apresentam seguidamente, que foram referenciados pela comissão de avaliação interna.

3.2. Diagnóstico de Avaliação Interna

O Projeto Educativo anterior foi objeto de avaliação interna, a fim de se poderem diagnosticar os principais problemas existentes e, assim, se definirem as orientações para a Ação Educativa para o quadriénio de 2009-2013.

Como grandes objetivos dessa avaliação interna foram definidos os seguintes:

- *Conhecer a perceção e o grau de satisfação que educadores, professores, alunos e encarregados de Educação têm das mudanças ocorridas ao longo do período de vigência do anterior Projeto Educativo;*

- *Avaliar a adequação de procedimentos e práticas à realidade do Agrupamento.*

Daqui resultaram as conclusões que se apresentam:

Na **dimensão organizacional**, os problemas levantados têm a ver com a dispersão geográfica do Agrupamento, a articulação entre ciclos, as condições logísticas da escola-sede para responder a um grupo elevado de alunos e profissionais, os recursos humanos e materiais e o reajustamento das estruturas educativas à realidade.

Na **dimensão psicossocial**, os problemas prendem-se com a divulgação da informação.

Na **dimensão comunitária**, foram identificados problemas ligados à promoção da difusão cultural, de animação sócio-comunitária e da valorização educativa local.

Na **dimensão ecológica**, registaram-se alguns problemas com mais incidência nos jardins de infância e escolas do 1º CEB relativamente à valorização dos espaços escolares, no sentido de promover o bem-estar e a segurança.

Na **dimensão curricular**, os problemas focados residiram no (in)sucesso escolar, na qualidade do sucesso, na diversificação de percursos escolares alternativos, de cursos de educação e formação, na ocupação dos alunos nos tempos livres, na gestão da componente não letiva dos professores/educadores e na reformulação de documentos internos.

Tabelas representativas do sucesso/insucesso escolar

Da análise das tabelas seguintes ressalta mais uma vez o problema que enfrenta a Escola perante os desafios incontornáveis de *aprender a viver juntos, aprender a*

*aprender juntos e aprender a crescer juntos*³², num ideário educativo que possa responder à construção real de novas competências e da qualidade educativa, como se observa na situação deste agrupamento face aos indicadores da região norte e nacionais.

Ciclo de Estudo	Taxas de transição/Conclusão por Ciclo de Estudo ³³								
	2006/2007			2007/2008			2008/2009		
	NACIONAL	NORTE	AEG	NACIONAL	NORTE	AEG	NACIONAL	NORTE	AEG
1ºCiclo	95,7%	96,5%	94,7%	96%	97,1%	97,3%	(1)	(1)	97,3%
2ºCiclo	88,6%	90,4%	91%	91,4%	93,8%	94,3%	(1)	(1)	95,7%
3ºCiclo	80,2%	80,2%	82,7%	85%	86,7%	85,9%	(1)	(1)	78,2%

(1) Sem dados estatísticos

AEG – Agrupamento de Escolas de Gondomar

Ciclo de Estudo	Taxas de retenção e desistência por ciclo de estudo								
	2006/2007			2007/2008			2008/2009		
	NACIONAL	NORTE	AEG	NACIONAL	NORTE	AEG	NACIONAL	NORTE	AEG
1ºCiclo	4,3%	3,5%	5,3%	4%	2,9%	2,7%	(1)	(1)	2,7%
2ºCiclo	11,4%	9,6%	9%	8,6%	6,2%	5,7%	(1)	(1)	4,3%
3ºCiclo	19,8%	19,8%	17,3%	15%	13,3%	14,1%	(1)	(1)	21,8%

(1) Sem dados estatísticos

AEG – Agrupamento de Escolas de Gondomar

Partindo desta realidade, apresenta-se de forma intencional o rumo educativo/formativo para todos os que aprendem e ensinam nesta Unidade Organizacional.

III – O AGRUPAMENTO QUE QUEREMOS CONSTRUIR³⁴

FINALIDADES

³² - CARNEIRO, Roberto, A Educação do Futuro, o Futuro da Educação, Porto, ASA, p. 48.

³³ - PORTAL DA EDUCAÇÃO: Divulgação da publicação "50 Anos de Estatística da Educação (ensino não superior)", www.min-edu.pt/np3/4555.html

³⁴ - Elaboração própria.

Jardim de infância e Pré-escolar	1º Ciclo	2º E 3º Ciclos
Organizar um conjunto de experiências, a partir das quais as crianças aprendem e desenvolvem competências pessoais e sociais, numa perspetiva global e harmoniosa.	Promover uma formação com base no desenvolvimento de competências básicas de leitura, escrita, cálculo, estudo do meio e expressão artística, de forma a que os alunos aprendam a saber estar, a conhecer, a saber fazer e a pensar.	Desenvolver o processo de ensino–aprendizagem de forma a que os alunos consigam mobilizar informação e construir conhecimento, tomando consciência do seu papel na sociedade como seres livres, autónomos e responsáveis, contribuindo para a sua formação integral.

De acordo com as finalidades acima expostas apresentam-se os **Princípios Orientadores, as Prioridades e os Objetivos Estratégicos**.

PRINCÍPIOS ORIENTADORES	PRIORIDADES	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
Formação para a cidadania / Formação para a vida	Construir o respeito pela pluridimensionalidade na educação	<ul style="list-style-type: none"> – Fomentar atitudes e valores que respeitem o ser humano e desenvolvam a capacidade de intervenção na defesa dos direitos humanos; – Assegurar uma educação básica, tendo em conta os interesses e as diferenças do indivíduo no seu contexto social e cultural; – Criar dispositivos que permitam a integração total no meio escolar; – Estimular o interesse pela preservação do património histórico-cultural, como fator determinante no processo de afirmação da identidade nacional; – Mobilizar recursos humanos e materiais adequados a uma formação orientada.
	Reduzir dificuldades de integração e/ou problemas disciplinares e garantir a segurança e o bem-estar	<ul style="list-style-type: none"> – Motivar os alunos para uma aprendizagem permanente e prepará-los para desempenharem atividades úteis socialmente; – Desenvolver uma cultura de solidariedade e/ou respeito para com as gerações passadas, presentes e futuras; – Reforçar as condições de segurança nas escolas do Agrupamento e nas áreas envolventes através do reforço de ações de acompanhamento e vigilância, prevenindo a indisciplina e a violência; – Fomentar o sentido de justiça, no respeito por si próprio e pelos outros.
		– Reduzir o insucesso escolar em 3%, em relação ao triénio

	Melhorar o processo de ensino-aprendizagem	<p>anterior;</p> <ul style="list-style-type: none"> – Adotar estratégias de envolvimento de todos os agentes educativos que contribuam para melhorar o sucesso escolar; – Implementar currículos abertos e flexíveis, adequados aos contextos sócio-educativos; – Adequar e diversificar métodos de avaliação das aprendizagens; – Reforçar os espaços temporais, para reflexão e implementação da articulação curricular; – Criar espaços e tempos de participação dos alunos em tomadas de decisão e na discussão coletiva de temas pertinentes; – Promover projetos capazes de desenvolver o domínio da língua e cultura portuguesa, – Incutir nos agentes educativos a importância da entreajuda, do espírito de iniciativa, da criatividade, do trabalho colaborativo e da partilha; – Proporcionar atividades de enriquecimento curricular; – Atualizar as técnicas de utilização das T.I.C. em todos os anos de escolaridade; – Reforçar a orientação vocacional dos alunos; – Proporcionar aprendizagens direcionadas para vias profissionais; – Proporcionar apoio educativo sempre que necessário.
	Aprofundar a articulação entre ciclos e atenuar a transição discente entre eles	<ul style="list-style-type: none"> – Desenvolver estratégias de articulação curricular horizontal e vertical; – Criar atividades diversificadas que envolvam a interação entre ciclos; – Implementar currículos contextualizados no J.I., Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos; – Envolver os alunos em atividades que estimulem a autonomia, a partilha, o diálogo e a intervenção; – Desenvolver a criatividade, num contexto do conhecimento da troca de experiências; – Fomentar nos alunos o gosto pela realização de trabalhos nas áreas da Comunicação, em contexto curricular e/ou extra curricular; – Promover ajustamentos organizativos que permitam o trabalho em equipas de professores e demais intervenientes do processo educativo (calendário escolar, horários e funcionamento das várias escolas); – Criar condições de partilha dos equipamentos e das instalações escolares.
	Melhorar a cooperação entre a escola, a família e o meio, diversificando a participação dos Pais/Encarregados de Educação	<ul style="list-style-type: none"> – Envolver a comunidade educativa em ações direcionadas para o papel da família na educação e para uma cultura de aprendizagem ao longo da vida; – Solicitar o contributo das diversas entidades públicas e privadas, relacionadas com aspetos da Educação, para a implementação do Projeto Educativo; – Efetuar protocolos/parcerias clarificadores e que contribuam para o fim a que se destinam;

		<ul style="list-style-type: none"> - Efetivar em 60% a participação dos pais em reuniões de pais ou Encarregados de Educação, sempre que sejam convocados; - Organizar atividades e debates que proporcionem resultados entre Encarregados de Educação/Associação de Pais e a Escola no tocante a: interesse pela aprendizagem, segurança e adoção de estratégias para a superação de situações de indisciplina.
Formação para a cidadania/ Formação para a vida	Reduzir o absentismo e o abandono escolar	<ul style="list-style-type: none"> - Envolver a comunidade educativa na prevenção e redução do número de casos de absentismo e abandono escolar; - Criar estratégias conducentes a uma redução de 50% do número de casos de absentismo e abandono escolar em relação ao triénio anterior; - Criar cursos CEF e EFA diversificados e adequados às mutações sociais; - Promover apoios específicos internos e externos para Mediação Educativa, Tutorias e funções do GAAF; - Incentivar nos pais a importância da escolaridade como um bem para o futuro dos seus educandos; - Solicitar apoios de organismos locais que possam prestar contributos para o combate a este problema.
	Garantir alternativas educativas	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer parcerias com instituições que permitam a consecução do P.E. e o encaminhamento pré-profissional dos alunos; - Criar estratégias que motivem a participação efetiva da família na implementação do P.E. nos diferentes níveis de ensino; - Construir a conceção de que as escolas do Agrupamento são instituições inclusivas e qualificativas; - Implementar projetos curriculares de turma flexíveis, no sentido de corresponder adequadamente a situações de diversidade.
	Reforçar a formação e as condições de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> - Implementar ações de formação adequadas às áreas de formação inicial e de acordo com as necessidades do Agrupamento, para que os índices de participação do pessoal docente e não docente se situem nos 60%; - Criar condições de envolvimento profissional e cultural para professores e alunos, especialmente quanto à efetivação de inovações curriculares; - Desenvolver uma cultura de atualização e aplicação sistemática dos conhecimentos e de autoavaliação; - Envolver a comunidade educativa na aplicação das suas capacidades de intervenção no que respeita à defesa do ambiente, promovendo meios diversificados que estimulem o respeito pelo Homem e pela Terra; - Canalizar capacidades e conhecimentos para motivar os pais e encarregados de educação a efetuarem e a participarem em ações de trabalho específicas, que permitam contribuir para um bom clima educativo nas escolas do Agrupamento; - Promover ações de formação específicas para pais, de forma a torná-los cientes da importância da sua

		intervenção na vida educativa e formativa dos seus filhos na escola.
	Melhorar a qualidade e a diversidade das estruturas físicas e dos equipamentos das escolas do Agrupamento	<ul style="list-style-type: none"> – Reapetrechar as salas de aula, centros de recursos e espaços desportivos com os recursos necessários ao cumprimento dos programas curriculares; – Melhorar as condições de higiene nos espaços interiores e exteriores; – Humanizar os espaços através de obras de reparação, manutenção e beneficiação, proporcionando um bom clima educativo.
	Participar em projetos comunitários	<ul style="list-style-type: none"> – Implementar atividades de sensibilização para problemas de ordem sócio-ambiental; – Contribuir com os recursos educativos do Agrupamento para a consecução de atividades culturais, desportivas e sociais promovidas pelos organismos locais; – Valorizar as ações da comunidade educativa como modo de prestigiar o Agrupamento e os seus recursos educativos, humanos e materiais. – Desenvolver projetos capazes de fomentar a cultura local como veículo de identidade e a da cultura europeia como veículo de união.

De acordo com o levantamento das situações problema / desafios e o diagnóstico da avaliação interna, apresenta-se o plano de ação, para melhor cumprimento dos Princípios Orientadores, Prioridades e Objetivos Estratégicos estabelecidos neste Projeto.

PLANO ANUAL DE AÇÃO PARA A MELHORIA

<p>Dimensão organizacional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Continuar a promover a articulação entre ciclos, atenuando a dispersão do parque Escolar, melhorando as condições logísticas e distribuindo os recursos de acordo com a realidade educativa. <p>Dimensão psicossocial:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tornar a informação mais fluida e eficaz, utilizando as TIC existentes no Agrupamento. <p>Dimensão comunitária:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Receber os alunos e encarregados de educação para a sua integração e divulgação das linhas orientadoras de cada ano letivo; • Coordenar as atividades da turma, através da elaboração de Projetos de Trabalho (no pré-escolar) e do Projeto Curricular de Turma (nos 1.º, 2.º e 3.º Ciclos); • Realizar reuniões legalmente estabelecidas para cumprir com os objetivos das atividades e tratar de assuntos relacionados com a avaliação dos alunos
--

e questões disciplinares;

- Difundir a cultura comunitária e valorizar o meio como privilégio educativo;

Dimensão Ecológica:

- Encontrar soluções equilibradas e ajustadas que possam melhorar o parque escolar, aproveitando os recursos existentes e lançando desafios junto dos responsáveis da comunidade (construção da nova Escola).
- Promoção de iniciativas que contribuam para a melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente, dando particular atenção às salas de aula e demais espaços escolares envolventes, na perspetiva de uma adequada formação integral dos alunos, apelando ao sentido estético, no respeito pela Natureza.

Dimensão Curricular:

- Implementar processos que proporcionem aprendizagens significativas³⁵, que contribuam para diminuição de algum abandono e insucesso escolar e melhorem a qualidade das aprendizagens realizadas pelos alunos;
- Insistir no reforço de competências ao nível da Língua Portuguesa e Matemática, sem esquecer as outras disciplinas, dinamizando projetos/atividades nestes domínios;
- Promover a formação individual e social dos alunos de forma integrada, com o respeito claro pela multiculturalidade e pela diferenciação, perspetivando a sua progressiva autonomia, continuando a operacionalizar os Projetos Curriculares de Turma e reforçando as competências do Conselho de Turma como espaço privilegiado de gestão curricular;
- Diversificar as práticas pedagógicas e educativas recorrendo aos meios informáticos disponíveis no Agrupamento;
- Construir e/ou reformular documentos internos tornando-os mais funcionais;
- Proporcionar outros percursos escolares: cursos de educação e formação e outras respostas educativas à diversidade de interesses/necessidades da comunidade educativa;
- Fomentar atividades diversificadas de enriquecimento/complemento curricular, gerindo a componente não letiva dos docentes de forma a proporcionar uma ocupação formativa e saudável dos tempos livres dos alunos;
- Promover um Centro de Recursos Educativos como unidade de apoio curricular e formativo da comunidade educativa, alargando e/ou criando e dinamizando espaços para este fim;
- Reforçar a implementação da educação para a saúde, ambiental, sexual e o

³⁵ VALADARES, Jorge António, Et. All., *A TEORIA DA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA, Sua Fundamentação e Implementação*, Almedina, Coimbra, 2009.

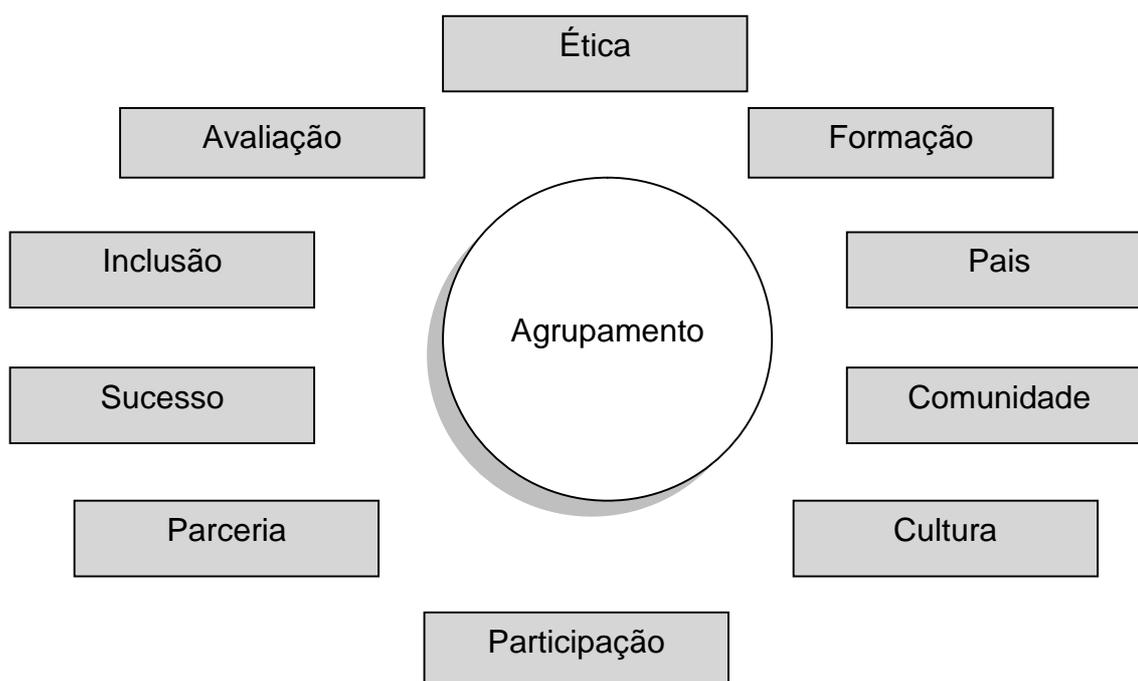
combate à iliteracia funcional;

- Criar e implementar projetos que visem a produção de materiais pedagógico-didáticos que proporcionem mecanismos de aprendizagem e comunicação entre os intervenientes do processo educativo;
- Elaborar planificações conjuntas e integradas de atividades, supervisionando-as no seu desenvolvimento;
- Organizar atividades de carácter interdisciplinar que envolvam todo o Agrupamento;
- Continuar a articulação vertical e horizontal dos Ciclos desde o Pré-escolar, de forma a proporcionar aprendizagens graduais, esbatendo eventuais clivagens entre ciclos e anos de escolaridade;
- Gerir os programas das diversas disciplinas do currículo, adequando-os à realidade escolar, proporcionando o seu desenvolvimento para que, no final da escolaridade básica, os alunos se enquadrem no perfil de competências definido pelo Ministério da Educação;
- Promover nos Encarregados de Educação a aquisição de informação que lhes permita o acompanhamento dos seus educandos e a escolha do seu percurso escolar e profissional;
- Colaborar em ações comunitárias destinadas a eliminar e a prevenir a fuga à escolaridade obrigatória, o abandono precoce e o absentismo sistemático;
- Otimizar a plena utilização dos recursos pedagógicos, do site e da plataforma Moodle, proporcionando um meio de partilha de recursos e de experiências, facultando a cooperação entre docentes nas atividades e nos projetos;
- Programar, planificar e dinamizar as áreas curriculares não disciplinares de Área de Projeto, Estudo Acompanhado e Formação Cívica como espaços privilegiados de reforço das aprendizagens, integração de saberes, aquisição e desenvolvimento de competências, de organização, de métodos de trabalho e de estudo, de educação para os valores, para o civismo, para a cidadania e de ligação ao meio;
- Efetuar reuniões de trabalho para programação, acompanhamento e reflexão sobre os projetos e as atividades das áreas curriculares não disciplinares;
- Definir critérios anuais para a constituição de turmas, tendo em conta a rede escolar de cada ano, a legislação em vigor e os princípios de natureza pedagógica;
- Sistematizar a implementação do trabalho colaborativo entre Núcleos, Conselho de Docentes e Departamentos/Disciplinas, visando a articulação vertical e horizontal.

Formação:

- Diagnosticar os interesses/necessidades de formação do pessoal docente e não docente, através de consulta às estruturas educativas;
- Organizar o Plano de Formação para pessoal docente e não docente em parceria com o Centro de Formação e outras entidades formadoras, suprimindo as suas necessidades de formação, no espírito da legislação em vigor;
- Promover ações de formação de curta duração, no âmbito de projetos específicos, para um público interessado.

De acordo com o Plano Anual de Ação para a Melhoria acima explícito, apresentam-se ainda de forma esquemática e descritiva, algumas orientações de carácter metodológico, com o objetivo de o situar nos vários contextos da função escolar na atualidade.



Uma escola de valores éticos

Procura a implementação de uma ética para a consciência humana, que compreende o desenvolvimento das autonomias individuais e das participações comunitárias, tornando a Escola um exemplo a seguir³⁶.

³⁶ MORIN, Edgar; *Os sete saberes para a Educação do Futuro*, Instituto Piaget, Lisboa, 2002, p. 20.

Uma escola como espaço de cultura

Promove a cultura como veículo de educação, visando um melhor acesso a produtos e serviços culturais na perspectiva de ter cidadãos mais conscientes, livres e responsáveis³⁷.

Uma escola aberta à comunidade

Afirma-se como promotora da abertura ao meio, materializada na conceção e realização local de projetos próprios, permitindo que a comunidade se identifique cada vez mais com o Agrupamento³⁸.

Uma escola formadora de indivíduos

Centro de descoberta formativa para todos e não só para os alunos, diversificando a oferta e disponibilizando os seus recursos e dispositivos de apoio, que permitam e estimulem a posterior operacionalização de ideias e práticas³⁹.

Uma escola democrática

Apela à participação de toda a comunidade, valorizando as diferentes opiniões, incentivando as decisões colegiais, valorizando os profissionais que nela trabalham e os cidadãos que nela aprendem⁴⁰.

Uma escola com os Encarregados de Educação

Estimula o envolvimento familiar como sinal de participação dos pais na educação dos seus filhos e como compromisso com um estilo de atuação, capaz de garantir a coerência educativa e a qualidade das aprendizagens⁴¹.

Uma escola com parcerias em vários projetos

Mobilizar instituições locais e regionais na dimensão cultural, desportiva e ambiental, uma vez que a construção dos saberes também se faz através de atividades sociais, plenamente integradas⁴².

³⁷ W. ADORNO, Theodor; *Sobre a Indústria da Cultura*, ANGELOS NOVUS Editora, Coimbra, 2003, p. 57.

³⁸ FULLAN, M. & HARGREAVES, A.; *Porque é que vale a pena lutar? O trabalho de equipa na escola*, Porto Editora, 2001, p. 113.

³⁹ MORGADO, José; *Qualidade na Educação, um desafio para os professores*, Ed. Presença, 2004, p. 46.

⁴⁰ ELIAS, Fernandes; *A Escola e o Desenvolvimento Profissional dos Docentes*, Fundação Manuel Leão, V.N. Gaia, 2008, p. 70.

⁴¹ RAMALHO, Glória, Et. All. *Avaliação dos resultados escolares*, Ed. ASA, 2003, p. 97.

⁴² FIGUEIREDO, António Dias, Et All, *Novo Conhecimento Nova Aprendizagem*, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, p. 72.

Uma escola promotora de sucesso educativo

Pretende confrontar os alunos com saberes em contexto real, remobilizando-os, com o objetivo de desencadear um processo de luta contra o insucesso e o abandono escolares⁴³.

Uma escola Inclusiva

Esbate as distâncias entre classes sociais, etnias, credos religiosos e opções sexuais, diminuindo o fenómeno de reprodução social e sempre atenta aos alunos com Necessidades Educativas Especiais⁴⁴.

Uma escola que avalia

Implementar uma cultura de avaliação o mais objetiva possível, consubstanciando-a num debate com todos os agentes educativos, tornando-a explícita no Regulamento Interno⁴⁵.

Orçamento

Este Projeto depende também do orçamento do Agrupamento, que deverá ser elaborado e gerido em função do Plano Anual de Ação para a Melhoria.

IV – DIVULGAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO

Divulgação

O Projeto Educativo deverá ter ampla divulgação entre os elementos da comunidade educativa.

Após a sua aprovação, deverá ser divulgado anualmente nos órgãos e estruturas educativas, na página Web do Agrupamento, estando também disponível em suporte papel na reprografia da Escola-Sede e na Biblioteca Escolar, a fim de poder ser consultado por todos os elementos da comunidade educativa.

Em cada estabelecimento de ensino do Agrupamento estarão disponíveis alguns exemplares para quantos o pretenderem consultar.

⁴³ REY, Bernard, Et All, *As competências na escola, Aprendizagem e avaliação*, Gailivro, Canelas V. N. Gaia, 2005, p. 29.

⁴⁴ ABREU, Manuel Viegas, *Cinco Ensaios Sobre Motivação*, Almedina, Coimbra, 2002.

⁴⁵ ALVES, Maria Palmira, *Avaliação com sentido(s): contributos e questionamentos*, dE Facto Editores, Santo Tirso, 2008.

Será apresentado aos novos elementos da comunidade educativa, para que tomem conhecimento das suas linhas de ação.

Avaliação

O Projeto Educativo, a vigorar para um período de quatro anos, deverá ser avaliado internamente todos os anos, utilizando para tal indicadores expressos nas atas e relatórios dos órgãos e estruturas educativas. Anualmente, poderá ser reformulado, reajustando o plano de ação, de acordo com a conjuntura e as necessidades identificadas. Para este efeito, os órgãos de gestão e administração constituirão equipas de trabalho que permitam, em conjunto, promover o ajustamento e apresentar o diagnóstico dos pontos fracos que necessitem da devida intervenção.

No final do quadriénio o Conselho Pedagógico deverá proceder a uma avaliação interna do mesmo, considerando tanto o processo como o produto final do trabalho realizado, que deve ser analisado e refletido de forma a apontar orientações para o Projeto Educativo seguinte.

Deverão ser proporcionadas condições para submeter o Projeto a uma avaliação externa, que deverá ser encarada positivamente, em prol de uma melhor qualidade e da dignificação da imagem do Agrupamento, tendo em vista respostas adequadas e eficazes na formação dos nossos alunos, em particular combatendo o abandono escolar, aumentando o sucesso e criando níveis de motivação para a continuidade escolar de todos os alunos.

BIBLIOGRAFIA

1. Publicações Oficiais e Institucionais

DIÁRIO DO GOVERNO, *Portaria 23600*, nº 213, 1º Série, 1º Suplemento, de 9/9/1968, pp. 1335–1342.

DIÁRIO DA REPÚBLICA, *Decreto-Lei nº 372/90*, de 27 de novembro, nº 274, 1ª série, pp. 4848-4850.

DIÁRIO DA REPÚBLICA, *Decreto-Lei nº 172/91*, - I Série - A, nº 107, de 10 de maio, Artigo 5º, pontos 2 e 3.

DIÁRIO DA REPÚBLICA, *Decreto-Lei nº 190/91*, de 17 de maio– I Série.

DIÁRIO DA REPÚBLICA, *Decreto-Lei nº 300/97*, I Série, de 31 de outubro.

DIÁRIO DA REPÚBLICA, *Decreto-Lei nº 115-A*, de 4 de maio, nº 102 (Supl.) I-A, p. 1998-(2).

DIÁRIO DA REPÚBLICA, *Decreto-Lei nº 80/99*, de 16 de março, 1ª série, nº 1454, pp. 1454-1456.

DIÁRIO DA REPÚBLICA, *Decreto-Lei nº 10/99*, de 21 de julho, Artigo 10º.

DIÁRIO DA REPÚBLICA, *Despacho nº 9022/99*, de 6 de maio.

DIÁRIO DA REPÚBLICA, *Decreto-Lei nº 6/2001*, 18 de janeiro, 1ª série – A, nº15, *Currículo Nacional do Ensino Básico*.

DIÁRIO DA REPÚBLICA, *Despacho Normativo nº 50/2005*, de 20 de outubro, Artigo 2º.

DIÁRIO DA REPÚBLICA, *Lei nº 29/2006*, de 4 de julho, nº 127, 1ª série, pp. 4717-4718.

DIÁRIO DA REPÚBLICA, *Decreto-Lei 75/2008*, de 22 de abril, n.º 79 1ª série, p. 2241.

DIÁRIO DA REPÚBLICA, *Decreto-Lei nº 3/2008*, de 7 de janeiro, I Série, nº 4.

CÂMARA MUNICIPAL DE GONDOMAR, *Carta Educativa do Conselho*, 2007, Parte II, pp.13-15.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, *Anuário Estatístico da Região Norte*, 2008.

2. Publicações impressas

ABREU, Manuel Viegas, *Cinco Ensaios Sobre Motivação*, Almedina, Coimbra, 2002.

ALVES, Maria Palmira, *Avaliação com sentido(s): contributos e questionamentos*, de Facto Editores, Santo Tirso, 2008.

CARNEIRO, Roberto, *A Educação do Futuro, o Futuro da Educação*, Porto, ASA.

ELIAS, Fernandes; *A Escola e o Desenvolvimento Profissional dos Docentes*, Fundação Manuel Leão, V.N. Gaia, 2008.

FIGUEIREDO, António Dias, Et All, *Novo Conhecimento Nova Aprendizagem*, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

FULLAN, M. & HARGREAVES, A., *Porque é que vale a pena lutar? O trabalho de equipa na escola*, Porto Editora, 2001.

MARQUES, Ramiro, *Professores, Famílias e projeto educativo*, Porto, ASA, 2001.

MORGADO, José; *Qualidade na Educação, um desafio para os professores*, Ed. Presença, 2004.

MORIN, Edgar; *Os sete saberes para a Educação do Futuro*, Instituto Piaget, Lisboa, 2002.

RAMALHO, Glória, Et. All. *Avaliação dos resultados escolares*, Ed. ASA, 2003.

REY, Bernard, Et All, *As competências na escola, Aprendizagem e avaliação*, Gailivro, Canelas V. N. Gaia, 2005.

SUBIRATS, Joan i Humet , *Gbierno local y educación*, Ariel, Barcelona, 2002.

VALADARES, Jorge António, Et. All., *A TEORIA DA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA, Sua Fundamentação e Implementação*, Almedina, Coimbra, 2009.

W. ADORNO, Theodor; *Sobre a Industria da Cultura*, ANGELOS NOVUS Editora, Coimbra, 2003.

3. Publicações eletrónicas

AZEVEDO, Joaquim, WWW.joaquimazevedo.com

JUNTA DE FREGUESIA DE GONDOMAR, site oficial www.jf-gondomar.pt,2010

PORTAL DA EDUCAÇÃO: Divulgação da publicação "50 Anos de Estatística da Educação (ensino não superior)", www.min-edu.pt/np3/4555.html.

AFAGOS, Associação de Formação e Apoio Gondomar Social) www.cylex.pt